

A CRIANÇA AUTISTA NA LINGUAGEM: CONSIDERAÇÕES ENUNCIATIVAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO*

José Temístocles Ferreira Júnior (PROLING/UFPB/CAPES)
josestemistocles@yahoo.com.br
Natanael Duarte de Azevedo (UFPB)
natanael.duarte.ufpb@hotmail.com

Introdução

O dado patológico da linguagem infantil foi visto, durante muito tempo, sob o aspecto de excrescência dos estudos da aquisição da linguagem. Por outro lado, a fala sintomática da criança tem se apresentado, recentemente, para os estudos linguísticos como ponto de partida para elaboração de diversos questionamentos sobre a relação entre sujeito/linguagem/outro. Na medida em que o dado patológico da linguagem pode fornecer subsídios para que levantemos diversas hipóteses acerca do modo de entrada da criança na linguagem, ele fornece pistas para o desvendamento dos modos de instauração do sujeito na língua. Em outras palavras, partimos do princípio de que as diversas patologias de linguagem têm a propriedade de explicitar regularidades e singularidades da relação da criança com o outro na linguagem.

Neste trabalho, objetivamos lançar algumas possibilidades para se tomar a relação entre autismo e aquisição de linguagem. Desde muito cedo, a relação que a criança estabelece com a linguagem e com o outro é permeada por singularidades inscritas e manifestas no próprio processo de aquisição da linguagem, seja em crianças autistas ou não.

No caso da instauração de um quadro autístico, as idiosincrasias presentes no processo de constituição subjetiva por que passa a criança ficam patentes e são levadas ao extremo, a ponto de diversos pesquisadores afirmarem que o autismo sempre se realiza e se materializa no plural “autismos”, assinalando as particularidades existentes em cada criança diagnosticada autista. Apesar das singularidades flagrantes em cada caso de autismo, um traço bastante comum ao transtorno diz respeito à recusa de explicitação subjetiva nas instâncias da linguagem: a criança autista parece fugir, em graus diversos, aos índices de subjetividade disponíveis na linguagem e às formas de interação que a coloquem à mostra para o outro.

Em virtude disso, configura-se no autismo uma questão particularmente intrigante para investigadores e leigos: qual a forma de acesso ao mundo retraído das crianças diante da aparente ausência de linguagem? Aliás, como afirmam Cavalcanti e Rocha (2001), a própria existência do sujeito autista é posta em xeque já que, supostamente, não há discurso. Apoiados em postulados teóricos de Benveniste (1988 e 1989), segundo os quais a enunciação dispõe de mecanismos que demandam continuamente do indivíduo uma tomada de posição como sujeito, buscaremos analisar

* O presente trabalho resulta da pesquisa desenvolvida com o apoio da CAPES através da concessão de bolsa.

de que modo o transtorno autístico na linguagem pode revelar a singularidade do sujeito na língua. Para enunciar ou mesmo para compreender a enunciação do outro é necessário que o sujeito assuma as bases da linguagem condicionantes do ato enunciativo, quais sejam: temporalidade, espacialidade e pessoalidade. Nosso *corpus* é formado por dados de interação entre uma criança autista e uma terapeuta da clínica de linguagem. Os resultados mostram que, através da observação dos movimentos da enunciação, é possível perceber regularidades e singularidades do sujeito autista na linguagem.

Nesse sentido, cabe-nos aqui primeiro situar o ponto de vista adotado para o tratamento da relação entre sujeito e linguagem. Depois buscaremos destacar a relação (a nosso ver, necessária) entre a aquisição da linguagem e o processo de enunciação, sobretudo a partir da análise do aparecimento e do uso da dêixis pessoal na fala do bebê; para, só então, analisar de que modo a(s) patologia(s) da linguagem pode(m) revelar a singularidade do sujeito na língua.

1. A criança no aparelho formal da enunciação: possibilidades de abordagem do sujeito na linguagem

Desde já, destacamos que tratar da relação entre linguagem e subjetividade não constitui nem uma inovação nem um ponto pacífico dentro das teorias modernas da Linguística. Isso por que o interesse pelo sujeito é um traço comum em quase todas as perspectivas que transcendem o *imanentismo linguístico* inaugurado por Saussure. Buscando a compreensão do modo com que o sujeito pode “afetar” seus respectivos objetos de investigação, essas correntes modernas da Linguística se voltaram, no decorrer da história da ciência da linguagem, para a questão da “subjetividade”, que, aliás, por ser um termo que abriga atualmente um conjunto tão diverso de significações, tornou-se vazio de sentido. Entretanto, destacamos, com base em Authier-Revuz (1998), que as acepções sobre o sujeito podem ser resumidas em duas: a primeira é a do *sujeito-origem*, presente nas abordagens pragmático-comunicacionais, que pressupõe um sujeito da razão, dono de seu dizer e é ele também fonte e origem de sentido; a segunda acepção, presente em algumas abordagens enunciativas e discursivas, se funda na premissa de que existe na verdade o *efeito-sujeito*, ou seja, o sujeito é um efeito da linguagem. Sem sombra de dúvidas, qualquer uma dessas acepções com que se decida trabalhar será decisiva para definição do modo como é tomada a linguagem nas correntes linguísticas.

Na trajetória seguida pelos estudos da linguagem, observou-se que o tratamento formal se mostrou insuficiente para dar conta de aspectos interacionais da língua. E a perspectiva pragmática acabou influenciando, de um modo ou de outro, uma gama de vertentes da investigação linguística, como a semântica, a sociolinguística, a linguística de texto, a psicolinguística, a análise da conversação, a análise do discurso, entre outras.

Nessas correntes da Linguística moderna, podem ser identificadas, mesmo que de forma tênue ou de maneira mais acentuada, algumas nuances nas abordagens do sujeito na linguagem. É possível distinguir, de forma implícita ou explícita, os dois pólos de acepção do sujeito de que fala Authier-Revuz (embora talvez haja uma perspectiva “intermediária”, digamos assim, de abordagem do sujeito, como pretendemos mostrar mais adiante).

No primeiro extremo, encontramos um sujeito mais racional, cognoscente, dono de seu dizer, fonte e origem de sentido. É com esta acepção que trabalham a linguística de texto, as semânticas, a sociolinguística, boa parte dos teóricos da

psicolinguística, a análise da conversação entre outras. Estas correntes trazem consigo a preocupação com a natureza cognitiva da linguagem, sem descartar seu componente interacional; é, portanto, compreensível que partam do pressuposto de que o sujeito é ativo em relação ao seu dizer.

Em um outro extremo, observa-se certa conjunção de postulados teóricos do estruturalismo e da psicanálise (sobretudo, a lacaniana), articulados a uma certa teoria da ideologia (Cf. POSSENTI, 2002). Nessa acepção, o sujeito por vezes é tomado como sendo assujeitado. Do estruturalismo (notadamente, o estruturalismo saussuriano), extrai-se a noção de estrutura ou de sistema linguístico e a articula à ideia de inconsciente tal como formulada por Lacan (destacamos aqui, em especial, Lacan, 1998), associando-as à teoria da ideologia formulada por Althusser (1998), para afirmar que o sujeito não passa de um porta-voz de discursos.

É interessante perceber, nesse panorama, que as teorias da Aquisição da Linguagem convivem, atualmente, com as duas acepções sobre o sujeito. No Brasil, basta observarmos, por exemplo, a perspectiva de sujeito vigente no grupo interacionista de base interpretativa, liderado por Cláudia de Lemos, e compararmos a um grupo de orientação racionalista/inatista do qual é representante Leonor Scliar-Cabral. O primeiro grupo se volta para a compreensão da constituição do sujeito na linguagem, enquanto que ao segundo importa pensar o sujeito em um plano cognitivo para tratar do caráter inato de estruturas linguísticas biologicamente determinadas.

Talvez não haja mais, na Linguística moderna e, menos ainda, na Aquisição da Linguagem, espaço para extremismos, e mesmo que se decida trabalhar com o sujeito da razão ou com o conceito de *efeito-sujeito*, tem-se de reconhecer outras possibilidades de abordagem do elemento subjetivo na linguagem. Tampouco defenderíamos aqui a possibilidade de se trabalhar com essas duas concepções de subjetividade, pois isso certamente traria consequências epistemológicas ao trabalho com o sentido e com a própria linguagem. Precisamente, a tarefa de definir o sujeito, sobretudo na Linguística, mas também fora dela, é árdua, pois ao conceito de sujeito estão atreladas outras tantas concepções, como a de interação, sentido, discurso, história e mesmo de linguagem.

Delineado esse quadro, voltamo-nos para a perspectiva enunciativa de Benveniste acerca do sujeito na linguagem. Como o próprio título da seção sugere, será essa a perspectiva com que trabalharemos as possibilidades de abordagem da criança/sujeito na língua(gem). Primeiro gostaríamos de repensar aqui uma tese que, a nosso ver, constitui um equívoco: a ideia de que em Benveniste se verifica a acepção de que o sujeito é a fonte de sentido¹, como destaca Possenti (2001, p. 189). De fato, como destaca Possenti (2001) algumas passagens de Benveniste (1988) parecem mesmo sugerir tal raciocínio²: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um *ato individual* de utilização” (p. 82); “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, *que emana de um locutor*, (...) (p. 82-3); “este é o ato do *locutor que mobiliza a língua por sua conta*” (p. 82)³, entre outras. Tais passagens poderiam conter a tese de que o sujeito é a fonte de sentido. Porém, parece-nos que se pode mostrar que esta afirmação não é totalmente viável, se considerarmos outros textos de Benveniste.

Conforme o autor, há para língua duas maneiras de ser na forma e no sentido. A primeira diz respeito ao nível **semântico** da língua, que é definido no ato mesmo de colocação da língua em uso e em ação (BENVENISTE, 1989, p. 229); A segunda tem a ver com a natureza **semiótica** da língua, isto é, com os signos como entidades

¹ São muitos os exemplos, citaremos apenas um: RIBEIRO 2003, p. 137.

² Os destaques são nossos.

³ Os negritos são nossos.

linguísticas que são dotadas de sentido, dos quais o sujeito deve se valer no ato mesmo de conversão da língua em funcionamento (BENVENISTE, 1989, p. 229-230). Ou seja, se o sujeito precisa submeter-se ao nível semiótico da língua para convertê-la no uso, será que em Benveniste o sujeito é mesmo fonte de sentido? Parece-nos que em Benveniste a linguagem é que garante ao sujeito a sua definição enquanto tal, sendo que, segundo o autor, é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.

Talvez também não seja possível, distanciando-se de uma perspectiva pragmático-comunicacional, afirmar que em Benveniste se verifica a existência de um sujeito “assujeitado”. Aliás, em Benveniste, o conceito de sujeito deve ser tomado com certo cuidado, pois a ele atrelam-se outros conceitos como o de enunciação e mesmo o de linguagem. É o que fica claro, por exemplo, quando lemos em Benveniste (1988, p. 286):

A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (...) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* lingüístico da “pessoa”.

Desta citação podemos depreender alguns subsídios para compreensão do modo com que o sujeito é concebido por Benveniste. Um primeiro ponto é: *a subjetividade tratada por Benveniste não é mais que a capacidade do locutor para se propor como sujeito*. Isso nos faz perceber que o autor não estava preocupado em teorizar sobre o sujeito em si, mas sobre o modo de representação do sujeito na língua; Uma teoria que se volte para o sujeito propriamente dito fica a cargo de outras áreas, como a Psicologia, a Filosofia e a Psicanálise. É essa perspectiva que encontramos em Flores (2001, p. 59):

A lingüística da enunciação toma para si não apenas o estatuto das marcas formais no enunciado, mas refere-se ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. **A lingüística da enunciação deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas.** (o destaque é nosso).

Um segundo ponto que pode ser extraído da leitura de Benveniste é que o fundamento da subjetividade é determinado pelo *status* lingüístico da “pessoa”. Entram em cena, agora, outras questões que tangenciam o conceito de subjetividade: a noção de “pessoa” e de “não-pessoa” na enunciação. Com relação a essa questão, Benveniste (1988, p. 288) é categórico: “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para revelação da subjetividade na linguagem”; os pronomes que remetem à pessoa no discurso são *eu/tu*, e *o ele* destina-se à categoria de não-pessoa. Com relação à categoria de pessoa (*eu/tu*), pode-se ainda afirmar sem erro que há nela certa “polaridade”, vez

que ao proferir-se um “eu” nas instâncias enunciativas, instala-se simultaneamente um “tu”, com o qual o sujeito interage. Em Benveniste, porém, fica bem marcado que essa polaridade não significa simetria, pois o “eu” vai sempre exercer “uma posição de transcendência” com relação ao “tu”, muito embora cada um desses termos não possa ser concebido sem o outro.

Seguindo tal raciocínio, portanto, fica evidente a condição de alocação a que todo processo enunciativo está submetido, pois, segundo Benveniste, a mobilização do aparelho formal da enunciação é, para o locutor, a possibilidade de se referir pelo discurso, e, para o alocutário, a possibilidade de co-referir do mesmo modo (BENVENISTE, 1989, p. 84). Assim, fica estabelecido que o processo de referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84). E, partindo dessa premissa, cabe-nos analisar de que modo o sujeito dá a conhecer o processo de constituição subjetiva por que está passando, por meio das marcas linguísticas de sua inscrição no enunciado (dêixis pessoal), quando, valendo-se do aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 81-84), torna próprio o uso da língua e sua reversibilidade em situação de interação com o outro.

Mas, se é verdade que o fundamento da subjetividade na linguagem se assenta sobre o uso dos pronomes pessoais, Benveniste questiona a natureza desses pronomes, argumentando que “não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo.” (1988, p. 288), e prossegue usando como exemplo o “eu”, que não se define como uma entidade lexical, mas que refere um ato individual de discurso em que é proferido, designando a presente instância discursiva que o enuncia. Ou seja, cria-se, assim, uma realidade discursiva na qual o “eu” está inserido, designando o locutor que se enuncia como sujeito. Fora dessa realidade, o “eu” adquire um outro sentido. “É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (Cf. BENVENISTE, 1988, p. 288).

Em Benveniste, acreditamos que já está colocada a relevância da função desempenhada pelo **outro** para constituição subjetiva, pois é em função dele que o papel do sujeito é definido na dialogia e é a partir dele que o indivíduo constrói as significações de linguagem. Conforme Teixeira (2000, p. 149), “a pluralidade dos homens encontra seu sentido não numa multiplicação dos “eu” que são enunciados na interação, mas naquilo em que cada um é o complemento necessário do outro”.

Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que para compreensão do processo de representação do sujeito na estrutura da língua torna-se indispensável, por um lado, considerar o funcionamento da dêixis pessoal (posto que este é, conforme assegura Benveniste – e acreditamos que a essa altura isto já esteja claro, o primeiro ponto para revelação da subjetividade na linguagem) e, por outro, lançar mão de uma perspectiva enunciativa, uma vez que, ainda segundo Benveniste, a dêixis possui uma realidade enunciativa, no instante em que é proferida.

Segundo Benveniste (1988, p. 279), a relação eu/ tu ↔ aqui ↔ agora forma a base de constituição do sistema da língua. Desta base, derivam-se outras categorias linguísticas como “meu”, “teu”, “hoje”, “amanhã”, “neste lugar” etc. Para ele, os dêiticos contêm o indicador de pessoa, sendo que dessa referência emerge seu caráter cada vez único e particular no ato de enunciação. Nesse sentido, Flores et al (2008, p. 22) afirmam:

Enfim, mesmo que o assunto exija maiores explicações, é possível dizer sem incorrer em equívoco, que Benveniste, ao propor a noção de *aparelho formal da enunciação*, considera que a língua, como

sistema que é, tem em sua organização (estrutura) um aparelho formal que possibilita ao sujeito enunciar nesta língua. O aparelho (indicadores de subjetividade, tempos, modos etc.) como tal pertence à língua, mas seu uso é dependente da enunciação. Ou seja, o conceito de enunciação está ligado ao princípio da generalidade do específico.

Desse modo, podemos pensar que a visão de língua de Benveniste comporta elementos formais para expressão da subjetividade (os indicadores de subjetividade, dentre outros) que estão em um plano mais geral ou mesmo universal e esses indicadores permitem ao sujeito revelar a singularidade de sua existência na/pela linguagem. Em outras palavras, poderíamos dizer que, em Benveniste, o aparelho formal da enunciação é, a um só tempo, universal e particular. Analisando a questão, Flores et al (2008, p. 22 – destaque dos autores) prosseguem nos dando a seguinte formulação: *é universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos sujeitos; é particular a configuração destes sistemas e o uso que os sujeitos fazem deles.*

Ocorre que, na aquisição da linguagem (e também no caso das patologias de linguagem), essa singularidade do sujeito em seu movimento discursivo se apresenta de forma bastante evidente; e isso nos remete à questão da patologia na aquisição da linguagem, em especial, o autismo.

2. Autismo: da patologia à singularidade do sujeito na linguagem

Como vimos um pouco acima, os estudos sobre a influência das patologias na aquisição da linguagem estão inseridos em pesquisas voltadas para a análise da aquisição de língua materna. De um modo geral, ao se discutir o autismo, vem à tona o nome de Kanner, um psiquiatra infantil, que foi um dos primeiros a se preocupar na descrição detalhada do autismo, classificando-o segundo um conjunto de características: obsessividade, estereotípias e ecolalias. Para o referido psiquiatra, o autismo poderia ser considerado como um tipo de esquizofrenia, desenvolvida a partir de problemas de afetividade entre pais e filho ou devido a algum distúrbio orgânico, inato.

A primeira grande reformulação do conceito de autismo viria a ocorrer em 1976, quando Ritvo o define como uma síndrome, relacionada a um “déficit cognitivo”, considerando-o não mais como uma psicose, e, sim, como um distúrbio do desenvolvimento. A partir daí ganha força a relação entre autismo e deficiência mental.

Atualmente, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (Cf. MAIA, 2007, p. 43), proposta pela Organização Mundial da Saúde, apresenta o autismo como “grupo de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Estas anomalias qualitativas constituem uma característica global do funcionamento do sujeito, em todas as ocasiões.”

Convém lembrar que os estudos acerca do autismo seguem, grosso modo, duas grandes linhas: uma que atribui esse fenômeno a causas psicológicas, sendo denominada “teoria afetiva”, e outra cujo enfoque reside em contemplar o autismo como decorrente de problemas de ordem cognitiva que afetariam o desenvolvimento do indivíduo (Cf. ASSUMPÇÃO JÚNIOR & KUCZYNSKI, 2007).

Para a teoria afetiva, o autismo seria resultante de falhas nos componentes de ação e reação necessários para o desenvolvimento das relações pessoais, acarretando traços tais como déficit no reconhecimento de sentimentos de outras pessoas, déficit na

capacidade para abstrair, sentir e pensar simbolicamente e ausência de fatores constitucionais para o desenvolvimento da reciprocidade afetiva.

A teoria cognitiva, por seu turno, coloca no centro de sua discussão sobre o autismo a impossibilidade de a criança autista compreender estados mentais de outras pessoas. Essa dificuldade estaria relacionada ao que os cognitivistas chamam de “teoria da mente”, isto é, o autista não seria capaz de explicar ou prever o comportamento de outras pessoas.

No entanto, levando em conta as palavras de Kanner (Cf. MAIA, 2007), é possível adotar uma postura de complementaridade das duas vertentes: “devemos, portanto, supor que estas crianças vieram ao mundo com uma incapacidade inata de estabelecer o contato afetivo habitual com as pessoas, biologicamente previsto, exatamente como as outras pessoas vêm ao mundo com deficiências físicas ou intelectuais.” Aqui fica clara a necessidade de levar em conta fatores orgânicos e ambientais para compreender o autismo, o que revela sua complexidade.

Delineado esse panorama, tentaremos nos desvincular dele a partir da análise de algumas cenas dialógicas entre uma terapeuta e uma criança autista. Não será, de forma alguma, nossa pretensão fazer generalizações a respeito do autismo, ou melhor, a respeito da forma com que o autista se apresenta na linguagem. Falta-nos, para tanto, a exaustividade de um trabalho mais detalhado e epistemologicamente mais completo. Mas não é esse nosso intuito. Pretendemos aqui lançar outras possibilidades para se tomar o autista na linguagem.

Do lado da Aquisição da Linguagem, o interesse maior reside na busca de compreensão dos movimentos da linguagem no sujeito autista e da representação desse sujeito na linguagem, sob o escopo de obter uma visão mais ampla sobre a língua(gem). Nesse sentido, o autismo tem revelado o modo peculiar com que cada sujeito adentra no sistema da linguagem. Ou seja, cabe ao teórico da Aquisição da linguagem questionar a inexistência do sujeito autista em suas (do sujeito autista) produções enunciativas (sejam elas ecológicas, gestuais estereotipadas, descontextualizadas etc). Mostraremos a seguir alguns dados de interação entre uma criança autista e uma terapeuta, retirados de Maia (2007, p. 79)⁴:

Recorte 1

Contexto interativo: A terapia é iniciada com a entrada da terapeuta e da criança na sala. Há bolas coloridas espalhadas no chão. Ao entrar, Hugo pega uma das bolas, e a terapeuta, outra.

Idade: 07 anos e 05 meses

Gesto (terapeuta)	Fala (terapeuta)	Gesto (criança)	Fala (criança)
1 pega uma das bolas e joga contra a parede	((cantando)) <i>jó:ga: bo:la'</i> <i>não dê:xa caí'</i> <i>vou jogá:</i> <i>bola(...)</i>	((aparentemente indiferente à terapeuta)) segura uma bola nas mãos e morde o pito da bola	
2 pára de jogar e olha para a	<i>hu:gu:’ não podi butá a</i>	continua mordendo o pito	

⁴ Para ter acesso a uma leitura mais esmiuçada desses e de outros dados, recomendamos ver: <<http://www.cchla.ufpb.br/posletr/Teses2007/Juliana.pdf>>, acessado em 23/02/2009.

criança	<i>bola na boca'</i>	da bola	
3 tira a bola da criança e remove o pito	<i>vô tirá' sinão você podi ingulí i si machucá'</i>	observa enquanto a bola murcha	
4 aperta a bola, direcionando a saída de ar para o rosto da criança	<i>qui ventinhu bom' né" olha u ventinhu'</i>	continua observando a bola murchar	
5 depois que a bola esvazia, deixa-a no chão. Fica de frente para a parede e recomeça o jogo de atirar a bola contra a parede, usando outra bola.	((cantando)) <i>jó:ga: bo:la' não dê:xa cai' vou jogá: bola(...)</i>	olha atentamente para a terapeuta	
6		pega a bola murcha e entrega-a à terapeuta	<i>'enchi 'enchi</i>
7 coloca uma mão na bola vazia e olha para a criança	<i>eu não sei inchê:' vamú pedí a seu edson'</i>		
8		olha para a terapeuta enquanto segura a bola	<i>jó:ga: bo:la' não dê:xa cai'</i> ((imita a terapeuta))
9 Continua olhando para a criança; segura, junto com ela, a bola vazia	<i>eu sei qui você qué jogá a bola' mas eu não consigu inchê</i>		
10		alterna o olhar entre a terapeuta e a bola murcha	<i>'enchi 'enchi</i>

Podemos observar, na situação descrita acima, uma série de comportamentos que nos fazem questionar a tese de que não há sujeito no autismo. Percebe-se que nos gestos da criança uma oscilação considerável. A princípio, a criança se mostra indiferente às ações da terapeuta, mantendo sua atitude de morder a bola mesmo diante da solicitação da terapeuta que pede para parar; já aí se vê uma opção da criança em manter-se indiferente, mas não alheia, ao pedido da terapeuta. Porém, logo em seguida, o garoto passa a trocar olhares com sua terapeuta, chegando, inclusive, a entregar-lhe a bola que havia murchado. Ora, estamos diante de um modo muito singular de se portar, mas talvez seja errôneo pensar que não há nenhuma ação por parte da criança. Do mesmo modo, podemos observar a singularidade das falas do sujeito autista. No turno 08, verifica-se a ocorrência de uma fala ecológica em que a criança “imita” a terapeuta. As razões para este comportamento podem ser diversas e cabe ao terapeuta levantar hipóteses sobre o fenômeno para entender a questão; nossas questões com o autismo

dizem respeito à fala, sobretudo para entender o modo com que essa fala revela a singularidade do sujeito na língua; e, nesse sentido, questiona-se: será que a criança recortou um fragmento aleatório do discurso da terapeuta? Mesmo se afirmássemos isso (o que seria bastante questionável), havemos de concordar que a criança atribui uma entonação específica ao fragmento recortado e o atualiza em uma situação adequada da enunciação. Se compararmos o número de enunciados proferidos pela criança aos enunciados da terapeuta, constataremos uma disparidade considerável, mas podemos também pensar que a *falta* é sempre constitutiva do sujeito, seja ele dotado de patologias ou não.

De fato, se tomarmos como parâmetro esta sessão, poderemos dizer que nela há ausência dos indicadores de subjetividade apontados por Benveniste, mas se a língua representa o aparelho formal da enunciação e o fundamento da subjetividade está no exercício da língua, ou seja, na enunciação, poderíamos pensar a singularidade do movimento desse sujeito, que não faz uso dos primeiros pontos para revelação da subjetividade na linguagem (os indicadores de subjetividade), mas lança mão de outros dispositivos para se colocar na língua. É fato que, tanto nesses fragmentos quanto em outras passagens analisadas por Maia (2007), observa-se a ausência de indicadores de pessoa na fala desse sujeito autista; tal fenômeno pode nos revelar algo desse sujeito, que, ao perceber o caráter extremamente subjetivo desses indicadores, prefere não fazer uso deles, esquivando-se da explicitação de subjetividade ao mesmo tempo em que demonstra a peculiaridade de suas produções enunciativas.

Outro aspecto a ser observado na fala dessa criança é o uso de verbos no imperativo, fato que demanda uma ancoragem subjetiva. Sobre a questão, Benveniste questiona: “poderá existir um verbo sem distinção de pessoa?” (1988, p. 248) e prossegue afirmando:

não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra maneira nas formas verbais. Podemos concluir, pois, que a categoria da pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias ao verbo (BENVENISTE, 1988, p. 250).

Ora, o que ocorre no uso de um verbo de modo imperativo senão o reconhecimento de uma segunda pessoa do discurso a quem se atribui uma ordem? É o que observamos na fala desse sujeito, que a todo tempo não cessa de dar ordens à terapeuta, pedindo que encha a bola e que a jogue para ele.

De fato, podemos perceber a especificidade das falas dessa criança, mas parece improvável a afirmativa de que “não há sujeito no autismo”, sobretudo se considerarmos suas produções à luz da perspectiva enunciativa de Benveniste, como o fizemos aqui.

Infelizmente, a questão ainda carece de um olhar mais acurado e, no campo da Aquisição da Linguagem, ainda são poucos os trabalhos que têm se voltado para a investigação do modo de funcionamento da linguagem e do sujeito no autismo, porém as pesquisas da área, seguindo uma perspectiva linguístico-discursiva, tentam conceber o sujeito autista não pela só *falta* (que lhe é tão marcada e, ao mesmo tempo, constitutiva), mas pela singularidade de sua relação com a linguagem.

Considerações Finais

Buscamos mostrar, com discussão levantada até aqui, a questão da relação entre a criança e a sua linguagem, ou melhor, entre o sujeito e o aparelho formal da enunciação. Como foi visto, a língua dispõe de dispositivos para dar sustentação à subjetividade da criança, e um dos primeiros pontos para revelação de subjetividade são os dêiticos pessoais ou os “indicadores de subjetividade”, para usar os termos de Benveniste. Porém, além das regularidades presentes nesse aparelho formal, podemos encontrar também muitas singularidades no processo de enunciação, seja em fase de aquisição da linguagem ou não. É o caso, por exemplo, das patologias da linguagem, que, como tentamos demonstrar, têm essa propriedade de tornar próprio o processo enunciativo ao mesmo tempo em que explicita a singularidade do sujeito na língua.

Nesse aspecto, coube-nos a tarefa de observar as produções enunciativas de um autista, deslocando-nos (ou tentando nos deslocar) de uma perspectiva tradicional que o toma pela *falta* (seja do ponto de vista de sua fala ou de sua incapacidade de interagir, seja do pressuposto de que no autismo o sujeito inexistente) para um outro ponto de abordagem do sujeito autista na linguagem: a perspectiva enunciativa da linguagem. E, sob esse prisma, vimos que o autista de nosso *corpus* lança mão de outros modos de revelação da sua subjetividade, como enunciados especulativos (ou produções ecológicas), troca de olhares e uso de verbos no imperativo para se reportar ao seu interlocutor.

Arriscaríamos ainda dizer que a partir desse deslocamento, o sujeito pôde receber uma outra roupagem, e tentamos mostrar que há outras possibilidades de abordagem da subjetividade na língua/discurso. E priorizamos uma visão enunciativa porque, por motivos que acreditamos já explicitados, pensamos que a relação entre linguagem e subjetividade precisa ser tomada sob uma ótica enunciativa. E para isso deixamos clara nossa filiação teórica a Benveniste, pois nele podemos encontrar a tese, creio que agora mais clara, de que é o movimento de enunciação que recria indefinidamente o sujeito (Cf. BENVENISTE, 1988, p. 285), que para se instaurar precisa de um lugar para si no discurso.

Referências

- ALTHUSSER, L. P. 1998. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- ASSUMPTÃO JÚNIOR, Francisco Baptista & KUCZYNSKI, Evelyn. 2007. *Autismo infantil: novas tendências e perspectivas*. São Paulo: Atheneu.
- BENVENISTE, E. 1988. *Problemas de Lingüística Geral I*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____, E. 1989. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- CAVALCANTI, Ana Elizabeth; ROCHA, Paulina Schmidtbauer. *Autismo: construção e desconstruções*, São Paulo: Casa do psicólogo, 2001. 149 p.
- CHOMSKY, A. N. 1977. *Reflexões Sobre a Linguagem*. Trad. Isabel Gonçalves. Lisboa: Edições 70.
- DEL RÉ, Alessandra (Org.). 2006. *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Contexto.
- FLORES, Valdir do Nascimento. 2001. Princípios para definição do objeto da lingüística da enunciação. In. : BARBISAN, Leci & FLORES, V. (Orgs.). *Estudos sobre enunciação, texto e discurso*. Revista Letras Hoje. Porto Alegre: EDIPURS.
- _____, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. 2005. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto.

- _____, V. do Nascimento et al. 2008. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto.
- LACAN, Jacques. 1998. “A instância da letra no inconsciente”. In: *Escritos*. Trad. bras. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- LIER-DE-VITTO, M. F. & CARVALHO, Glória Maria. 2008. O interacionismo: uma teorização sobre a aquisição da linguagem. In: FINGER, I. & QUADROS, Ronice Muller de (Orgs.). *Teorias de aquisição da linguagem*. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC.
- MAIA, Juliana Costa. 2007. *Um viés constitutivo do sujeito na terapia de linguagem com uma criança autista*. Dissertação de mestrado inédita. UFPB.
- POSSENTI, Sírio. 2001. O que significa “o sentido depende a enunciação”? In: BRAIT, B. (Org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. São Paulo: Pontes.
- _____. 2003. Dez observações sobre a questão do sujeito. In: BONINI, A. (org.). *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão*, v. 3, Número Especial, p. 27-35.
- RIBEIRO, Maria das G. C. 2004. Sobre as noções de sujeito e de sentido na linguagem. In: CAVALCANTE, Marianne C. B. & FARIA, Maria Evangelina B. de. *DLCV: Língua, lingüística e literatura*. João Pessoa: Idéia. Vol. I, nº. 1.
- SILVA, Carmem L. da Costa. 2009. *A criança na Linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- TEIXEIRA, Marlene. 2000. *Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- TITONE, Renzo. 1983. *Psicolingüística aplicada: introdução à didática das línguas*. Trad. De Aurora F. Bernardini. São Paulo: Summus.